



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS



Virtual Encyclopedia on
Peace and Conflict
Studies



Print



FAPERJ
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

SISTEMAS^{de} CONFLITIVIDADE

violência de Estado;
terror racial-sexual;
desigualdade de poder;
reparação

ANDRÉA GILL



SISTEMAS de CONFLITIVIDADE

VIOLÊNCIA DE ESTADO;
TERROR RACIAL -SEXUAL;
DESIGUALDADE DE PODER;
REPARAÇÃO

ANDRÉA GILL¹

¹ **Andréa Gill** é professora do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no setor de Política Internacional e Decolonialidade. Integra o Conselho Deliberativo do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/UFRJ). Pesquisadora associada do Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente (NIREMA/PUC-Rio), e da Unidade do Sul Global para Mediação (GSUM) do Centro de Estudos e Pesquisas BRICS (BPC) do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Compõe o Conselho Fiscal da Diretoria da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), assim como a Coordenação da Área Temática de Ensino, Pesquisa e Extensão; o Fórum de Equidade; e a Comissão de Avaliação das Políticas Afirmativas da ABRI. Membro da equipe editorial da revista *Sexualities [Sexualidades]* pela Editora Sage. Atua, principalmente, nas seguintes áreas: estudos pós-coloniais e decoloniais; relações de raça, classe, gênero e sexualidade; violência e conflito; educação; metodologia de pesquisa-ação; interpretações do Brasil. Sua formação consiste em um bacharelado em Pensamento Social e Político pela Western University (UWO-Canadá) e University of KwaZulu-Natal (UKZN-África do Sul), validado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) na área de Ciências Sociais, e um mestrado e um doutorado em Ciência Política, com uma especialização em Relações Internacionais e Pensamento Cultural, Social e Político, pela University of Victoria (UVIC-Canada), validados pela PUC-Rio. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3887412651418172>.

email: andrea.b.gill@gmail.com.

Autora

Andréa Gill

Tradução

Christian Leonardo Souza Cantuária
e Andréa Gill

Revisão

Maíra Siman e Victória Santos

Design e Diagramação

Miguel Herman

Ficha Catalográfica

BPC Papers V.12. N. 06

Maio/2025.

Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center

ISSN: 2357-7681

9p ; 29,7 cm

1. Violência de Estado
2. Terror racial-sexual
3. Desigualdade de poder
4. Reparação

Sobre o BRICS Policy Center:

O BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisas BRICS (BPC), think tank vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio), é um centro de reflexão independente, não partidário e sem fins lucrativos na cidade do Rio de Janeiro.

O BPC tem como missão contribuir para o avanço de uma agenda de desenvolvimento, ampliação de direitos e promoção da igualdade nos países do sul global, por meio da produção de conhecimento crítico e relevante para o debate público acerca das transformações em curso no sistema internacional e seus desdobramentos nos planos local, nacional e regional.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor (a) (es) (as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas BRICS

Casas Casadas, 3º andar, Rua das Laranjeiras 307, Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP 22240-004

e-mail: bpc@bricspolicycenter.org

bricspolicycenter.org

Equipe BPC:

Diretora do Instituto de Relações Internacionais

Isabel Rocha de Siqueira

Diretora do BRICS Policy Center

Marta Fernández

Diretora Adjunta do BRICS Policy Center

Maria Elena Rodriguez

Coordenadora Administrativa

Lia Frota e Lopes

Gerente de Projetos

Clara Costa

Assistente de Projetos

Luana Freitas

Comunicação

Isabelle Bernardes



APRESENTAÇÃO:

SULEANDO O DEBATE SOBRE GUERRA E PAZ NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este trabalho se iniciou como uma tradução do texto "Systems of Conflictivity" (Sistemas de Conflitividade)¹, originalmente publicado em dezembro de 2023 na Enciclopédia Virtual, projeto ligado à rede *Hierarquias Pós-coloniais nos Estudos de Paz e Conflito*². Esta tradução a muitas mãos³ resulta do interesse da comunidade de pesquisadoras e pesquisadores formada em torno da Unidade do Sul Global para Mediação (GSUM, BRICS Policy Center – IRI/PUC-Rio)⁴ de avançar debates que buscam repensar os Estudos de Paz e Conflito a partir de olhares pós-coloniais e decoloniais, especialmente à luz de contextos brasileiros.

Nos eventos realizados em comemoração dos dez anos da Unidade, se reuniram no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio pessoas professoras, pesquisadoras e estudantes, de modo presencial e remoto, com o intuito de alargar a rede e o espaço possível para uma conversa sobre violência que nos diz respeito. Esses diálogos se deram no contexto das brutalidades e embrutecimentos que marcam o cotidiano de uma cidade em guerra permanente como a do Rio de Janeiro, de onde se torna evidente a incapacidade do cânone hegemônico, feito no espelho das autointituladas grandes potências, de produzir leituras coerentes e abrir caminhos viáveis de incidência.

Com este objetivo compartilhado, o ciclo de debates organizado pela Unidade na segunda metade de 2024 pautou conversas de relevância no que tange questões de conflito no sul global, como: produções dissidentes de conhecimento sobre guerra e paz na região; debates sobre masculinidades e as teorias feministas das relações internacionais; a espacialidade e as práticas cartográficas nas intervenções; hierarquias pós-coloniais na contemporaneidade; e a circulação e controle de armas, sobretudo na América Latina.

O termo "conflitividade" primeiro se sobressaiu em um colóquio do Mestrado Profissional em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, organizado pelo GSUM no IRI em junho de 2021, intitulado "*Lecciones practicas desde Latinoamérica sobre la transformación de conflictos em tempos de crisis civilizatoria*"⁵, apresentado por Pablo Lumerman⁶. Compartilhando as suas experiências como facilitador de processos colaborativos na região, o cientista político argentino recorreu várias vezes à palavra, *conflictividad* no espanhol, para acessar perspectivas socioambientais e identificar os impasses na prática de mediação e prevenção de conflito com agentes públicos, privados e comunitários. Apesar da deselegância de sua tradução para o português e inglês, o termo possibilitou capturar uma dimensão processual das dinâmicas de conflito, e inspirou conversas a seguir.

1. Agradecemos à Viviana García Pinzón, Miriam Bartelmann e à equipe do Projeto Hierarquias Pós-coloniais pelo apoio e incentivo ao texto e pelas subsequentes colaborações, assim como contribuições para o desenvolvimento da escrita original. Para acesso ao texto original, publicado em inglês na Enciclopédia Virtual: <https://rewritingpeaceandconflict.net/2023/12/01/systems-of-conflictivity/>

2. A Rede Hierarquias Pós-coloniais nos Estudos de Paz e Conflito é um projeto colaborativo do Arnold Bergstraesser Institute (Freiburg), do Centro de Estudos de Conflito da Philipps University Marburg, da University of Bayreuth e da University of Erfurt. É uma iniciativa de pesquisa interdisciplinar financiada pelo Ministério Federal Alemão de Educação e Pesquisa (BMBF). Para mais informações sobre a rede e acesso livre à Enciclopédia: <https://www.postcolonial-hierarchies.net/>

3. A tradução, revisão e reescrita do texto para um público brasileiro, se deu pelo trabalho compartilhado entre a autora e a equipe do IRI: Andrea Gill, Christian Leonardo Souza Cantuária, Maira Siman e Victória Santos. Agradecemos ao apoio financeiro da FAPERJ, ao GSUM (Edital Apoio a Grupos Emergentes de Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro) e a Andrea Gill (Programa de Pós-Doutorado Sênior - 2021), assim como do Projeto Hierarquias Pós-coloniais que viabilizaram esse trabalho coletivo em andamento. Também registramos o nosso agradecimento às pessoas participantes desses ciclos de debate, que foram essenciais na elaboração das conversas e dos conceitos aqui apresentados.

4. Mais informações sobre a Unidade, seus projetos e publicações: <https://bricspolicycenter.org/programs/gsum/>

5. Lições práticas desde América Latina sobre a transformação de conflitos em tempos de crise civilizatória.

6. Para mais informações sobre sua pesquisa, ver: Lumerman e Robledo (2009).

No dia 18 de outubro de 2024, integrantes da Unidade experimentaram caminhos possíveis de diálogo no evento "Hierarquias pós-coloniais nos estudos de conflito e violência: um olhar a partir de 'sistemas de conflitividade'", realizado no IRI/PUC-Rio. O evento contou com a participação de uma das organizadoras do projeto da Enciclopédia Virtual, a Profa. Viviana García-Pinzón (ABI-Freiburg); com a mediação da Profa. Maíra Siman (IRI/PUC-Rio); e com a contribuição da Profa. Andréa Gill (IFCS/UFRJ), cujo conteúdo formulado para a Enciclopédia, sob a vinheta "Sistemas de Conflitividade" foi traduzido e adaptado para a finalidade do trabalho aqui apresentado.

No processo da tradução, buscamos contribuir para a criação de condições para pensar sobre e para as nossas próprias realidades, o que trouxe consigo diversos desafios. Tivemos que assumir a política da tradução, com atenção especial às fluências das múltiplas linguagens do poder, presentes e ausentes. Navegamos expressões de centros e periferias posicionadas de diversas formas desde a geopolítica do Norte e do Sul, aos mundos que apartam a academia da sociedade de acordo com as hierarquias de poder, saber e ser estabelecidas pelo projeto moderno colonial europeu de base escravagista que inaugurou o sistema internacional como o conhecemos hoje.

Abrimos com o atual público leitor esse processo de escrita, reescrita e interlocuções numerosas da redação a seguir, para lançar um convite de se juntar a nós no esforço coletivo de renovação da nossa imaginação política e intelectual. Trabalho este que exige uma reconstrução de arquivos de modo a redistribuir o status do conhecimento na área, assim como de seus agentes, suas propostas e práticas restaurativas. Seja por meio da ótica de sistemas de conflitividade, ou outros instrumentos para reparar as insuficiências do nosso campo de percepção estratégica, convocamos para este fim a devida coragem e responsabilidade política para recriar um vocabulário sobre violência que parte do respeito pela vida e da necessidade de esperar novos caminhos para frente.

INTRODUÇÃO: PENSANDO SISTEMAS DE CONFLITIVIDADE

O genocídio em marcha contra as populações indígenas e afrodescendentes no continente nomeado de "América Ladina" por Lélia Gonzalez (2018) em suas reinterpretações do Brasil põe em relevo os limites das categorias estadocêntricas de *guerra e paz*, responsáveis por imprimir no campo da ciência política e das relações internacionais os termos por meio das quais as práticas de legitimação de violência se tornam legíveis. O seu não reconhecimento, nem como guerra civil e nem como conflito internacional, gera a necessidade de métodos de análise que respondam ao que e a quem tem sido excluída/o do debate sobre paz e conflito na contemporaneidade como condição de possibilidade para a reprodução do mesmo. Por meio de perspectivas transnacionais e diaspóricas que recusam as fronteiras estatais como ótica prioritária de análise, e tampouco se amparam sobre o prisma binário das normas universais ou particulares / relativas do sistema internacional, podemos perceber como o genocídio antinegro e anti-indígena expõe as insuficiências das categorias eurocêntricas herdadas para pensar a violência e efetivamente redireciona a nossa atenção para a constituição de *sistemas de conflitividade*.

Dito isso, em lugares onde a violência funciona como a norma que sustenta desigualdades sistêmicas – e não como um estado de exceção ou de eventual ruptura com a ordem hegemônica – é preciso reconstruir os arquivos de paz e conflito a fim de que levem em consideração a insegurança estruturalmente produzida em termos raciais-generificados e modos de precarização socioeconômica. A partir das pós-colônias, cujas inserções no sistema internacional se deram por critérios raciais, capitalistas e patriarcais, se sobressaem nas análises dos ciclos de violência crônica as múltiplas formas pelas quais os conflitos emergem das desigualdades imbricadas nas relações de poder. Para

além das concepções episódicas de mediação e resolução de conflitos que prevalecem na área, a proposta de se pensar sistemas de conflitividade nos permite assimilar os determinantes da violência enquanto continuum, de uma maneira que os paradigmas de causalidade linear de uma lógica eventual de crise ou de uma periodização do tempo cronológica inviabilizam.

Portanto, a presente contribuição busca incidir sobre os termos do debate para ampliar os sentidos e significados de guerra, paz e conflito em jogo, na esteira do genocídio antinegro e anti-indígena e da violência estatal que forja contextos como o brasileiro. Objetiva-se criar espaço para trabalhar possíveis respostas que se fundamentam sobre políticas de reparação, assim como processos de redefinição de comunidade política e de reivindicação de direitos de cidadania efetivos como meios de proteção contra a violência estatal e paraestatal. Dada a sanção moderna colonial do Estado como detentor do monopólio do uso reconhecido como legítimo da força, somente ao enfrentar concepções estadocêntricas da violência poderemos começar a disputar e reimaginar caminhos transformadores.

Pensar a violência de forma situada e relacional é alterar as nossas compreensões sobre o que e como se constituem as fontes de conflito e (in)segurança em um mundo onde a guerra está posta. Essa compreensão implica um engajamento com os modos pelos quais as dinâmicas de opressão necessariamente ativam as dinâmicas de privilegiamento e são ativadas por elas. Assim, torna-se necessário confrontar as subseqüentes ilusões de paz para algumas pessoas, condicionadas à produção de zonas de guerra permanente para outras. Na contramão dos vícios interpretativos eurocêntricos que enquadram territórios e populações apartadas dos centros do poder na chave da desordem, da criminalidade e da violência – locais reduzidos à informalidade e excepcionalidade em relação antagônica com a ordem predominante, para quem se constituem como objetos de análise e intervenção e para quem se nega o acesso à participação no debate sob condições minimamente autônomas de sujeito – o movimento de redirecionar a nossa atenção para sistemas que geram as condições para conflito (conflitividade), sejam manifestas ou latentes, abre caminhos mais sustentáveis para lidar com a violência relacional e estruturalmente produzida.

Com este exercício em discernimento, podemos trabalhar as fontes dos conflitos determinantes da ordem vigente para além das percepções hegemônicas de (des)ordem e (in)civilidade que repousam sobre práticas seculares de (des)humanização, as quais eliminam a maioria da população como sujeita de processos históricos e do convívio social. O conceito proposto de sistemas de conflitividade nos prepara para uma releitura das relações de poder político, econômico, social e cultural que condicionam e legitimam os ciclos de reprodução da violência em nossos territórios e que podem, assim, servir como locais de intervenção nesses mesmos ciclos.

I. RELENDO A VIOLÊNCIA PARA ALÉM DAS ÓTICAS EUROCÊNTRICAS

As arquiteturas globais dos direitos humanos, institucionalizadas pela Organização das Nações Unidas logo após a segunda guerra mundial, revelam os limites das abordagens hegemônicas à guerra e paz para intervir em dinâmicas de poder que implicam o Estado, sistemas de governo e relações imbricadas. As normas, os padrões e pactos universais, gerados com base na particularidade das experiências da guerra protagonizada pela Europa e do Holocausto subsequentemente inscrito como paradigma de genocídio, não dão conta de práticas seculares de ocupação, dominação e desumanização desenvolvidas em laboratórios coloniais sob gestão de sistemas escravocratas.

A ótica liberal e ocidentalizada que dimensiona o problema da violência em termos de uma humanidade individualizada e abstraída de sua situação política se conserva através do que a Sueli

Carneiro (2018, p.88-89) elaborou, em perspectiva afrodiaspórica, como "epistemicídio": um ângulo do genocídio perpetuado por dispositivos seculares de governo colonial que apostam na aniquilação, apropriação e desvalorização de formas não eurocêntricas de conhecimento como meio para interromper a reprodução de um povo e as suas visões de mundo. O epistemicídio circunscreve as perspectivas e os sistemas de referências disponíveis para compreender e incidir sobre conflitos fundantes do nosso convívio, e ainda filtra o nosso olhar para com os mesmos.

Se impõe nesse quadro da colonialidade do poder, do saber e do ser o que Frantz Fanon (2008) referiu como a "zona do ser" e "zona do não ser", para expressar como as hierarquias de humanidade foram estabelecidas pelos projetos bélicos e imperialistas europeus, em termos raciais e de modo mutuamente excludente. A definição da humanidade e da sua exclusão constitutiva requer uma negação política do não ser, em termos de cidadania, junto a uma negação ontológica e epistemológica como requisitos de participação no movimento dialético da construção e disputa histórica.

Sueli Carneiro (2018) explica processos históricos como esse, que produzem o "outro" como não ser na função de fundamentar o ser, de maneira que nos permite compreender a violência também como modo de subjetivação. É o que a Cida Bento (2022) traduz para o Brasil de hoje como os "pactos narcísicos" que centram a branquitude como o parâmetro de humanidade e o modelo de sujeito de direito, desqualificando qualquer outra forma de ver e viver no mundo no espelho da antinegitude. O solipsismo branco logo compromete uma compreensão global das relações de poder em jogo.

Em suma, a forma como lemos e respondemos à violência através das lentes eurocêntricas mascaradas de internacionalistas, como no caso das intervenções humanitárias, nos desorienta ao colocar como meta transcender o conflito que a determina. Esta abordagem despolitizante dos problemas da violência, que evita o confronto, provoca mais problemas do que potencialmente resolve. Vamos refletir: quem precisa de direitos humanos?

Torna-se necessário apelar aos direitos humanos quando os direitos civis, sociais, econômicos, culturais e políticos, formalmente protegidos por uma constituição de um Estado democrático de direito, são sistematicamente negados. A disputa pelo reconhecimento de humanidade, em termos institucionais e intersubjetivos, reposiciona a disputa por cidadania como secundária. Ao mesmo tempo, a ineficácia dos direitos de cidadania nos faz recorrer internacionalmente ao sistema paralelo dos direitos humanos, em vez de disputar os sistemas de governo regentes. Isso se deve ao fato de que, antes do reconhecimento como pessoa cidadã, é necessário o reconhecimento pleno da sua humanidade. Assim emerge uma cilada tautológica que aprisiona a lógica política a uma lógica humanitária como condição de (des)engajamento de conflitos. Tais limites do atual condicionamento político-epistêmico do debate nos servem como alerta. A partir de perspectivas pós-coloniais, anticoloniais e decoloniais que assumem um referencial racializado-generificado da construção da pessoa sujeita humana, enfrenta-se as incomensurabilidades que dividem muito mais do que as fronteiras e marcos estatais nos fazem entender.

A perspectiva jurídico-normativa de uma "paz liberal", que atrela os requisitos da paz ao cumprimento de uma ordem política específica, não reverbera na zona do não ser, onde a violência se apresenta como norma governamental, e onde suas e seus habitantes são efetivamente privadas/os do acesso à proteção do Estado e do sistema de justiça na condição de subcidadania racializada. Podemos perceber essas dinâmicas vivas nas periferias e favelas sujeitas à ocupação militar por forças (para)estatais do Estado brasileiro e os seus chamados projetos de pacificação. Estamos falando de um país de maioria negra (IBGE 2022), onde os dados registrados sobre o assassinato de jovens negros superam os números vistos em certos contextos internacionalmente lidos como genocídios: uma vida é exterminada a cada 23 minutos (Flasco 2016). Ainda é preciso considerar que tal número carece de ser multiplicado pelos assassinatos e desaparecimentos cometidos por agentes estatais e paraestatais

não registrados pelo Estado, e somado às inúmeras reverberações das mortes em vida: mães, redes de parentesco e comunidades inteiras atacadas junto aos seus parentes e referências possíveis para gerações futuras.

O jeito de tratar a morte diz muito sobre como tratamos a vida. A disputa pelo reconhecimento da violência racial como um genocídio antinegro contemporâneo no Brasil e em toda a diáspora africana toca nesse nervo central. Conforme argumenta Ana Flauzina (2017, p.115-128) e interlocutoras/es do movimento negro brasileiro, o genocídio se expressa por meio de vários ângulos: a segregação espacial; a naturalização e sobre-exposição à pobreza; a violência obstétrica, sexual e de gênero; a expulsão escolar e o apagamento histórico; o não reconhecimento de identidade e comunidade; entre inúmeras expressões de morte social e física que marcam desproporcionalmente comunidades e territórios negros em pós-colônias como o Brasil. Desde a intervenção de Abdias Nascimento (2016 [1977]) no tempo em que os movimentos anticoloniais no continente africano se organizaram em fóruns pan-africanos e internacionais, a denúncia do genocídio da população negra por meio do "racismo mascarado" e das ideologias de branqueamento e de democracia racial tem pautado uma série de diagnósticos e propostas transformadoras do projeto bélico de nação do Estado brasileiro.

Se não lidarmos com as desigualdades e a distribuição desproporcional da violência em termos raciais-generificados, quaisquer esforços para transformar sistemas de conflitividade se mostrarão insustentáveis a longo prazo. No mínimo, serão criadas as condições para novos conflitos enraizados nas assimetrias de poder persistentes e veladas pela falsa oposição entre a violência considerada legítima do Estado e as suas classificações ilegítimas atribuídas a agentes paraestatais, milicianos ou de crime organizado, apesar da cumplicidade do Estado nas condições de sua reprodução. A alegada "guerra às drogas" travada em nome da segurança pública e internacional através do continente amefricano demonstra a ampla gama de legitimações da violência nas periferias sob o prisma da pacificação. Tais projetos de governo têm como efeito prático o aprofundamento da segregação racial em territórios brasileiros, onde a vida póstuma da colonialidade escravocrata segue reatualizando sistemas de conflitividade seculares.

Do ponto de vista metodológico, tratar de sistemas de conflitividade requer trabalhar com uma unidade aparentemente contraditória e que age na sustentação da ordem atual das coisas. Ou seja, trata-se de como a apropriação do aparato estatal pelas elites produz, direta e indiretamente, uma guerra permanente contra a maioria da população à qual, por sua vez, é negado o acesso aos meios legítimos de autodefesa.



II. REPOLITIZANDO O DEBATE

O conceito de sistemas de conflitividade nos ampara para repolitizar o debate na contramão das soluções tecnocráticas configuradas pelo nexos segurança-desenvolvimento, que tende a confundir o sintomático com o diagnóstico no que tange a violência crônica e cíclica nas pós-colônias.

Boa parte dessa despolitização ocorre porque os conflitos são enquadrados sob uma lente desenvolvimentista como insuficiências institucionais ou carências civilizatórias, neutralizando-os como dilemas de uma modernização incompleta em um sentido cultural ou economicista. Podemos perceber a mesma tendência paternalista nas teorias prontas para remediar "Estados falidos", que abordam a corrupção como causa, e não como efeito dos desafios da contemporaneidade.

As respostas disponíveis para problemas formulados de tal maneira são limitadas. Concentram-se em

apostas sobre a liberalização política ou econômica e a perseguição aos modos informalizados de subsistência que se organizam localmente na presença militarizada do Estado e na ausência de suas infraestruturas vitais. Por sua parte, a chamada "indústria de ajuda" preenche o vácuo com projetos de desenvolvimento social e empoderamento individual na lógica da ONG-ização da política, que se revela inapta para intervir em dinâmicas sistêmicas de opressão e privilégio e aprofunda a despolitização posta.

Por exemplo, projetos de desenvolvimento social que buscam combater a violência de gênero por meio de ações pontuais de organizações não-governamentais (ONGs) frequentemente recorrem às formulas que institucionalizam o gênero como identidade individualizada: empoderar meninas e mulheres + pacificar meninos e homens = igualdade de gênero. Programas de masculinidades não-violentas proliferam nesse campo ao lado de projetos de pacificação comunitária nas periferias enquadradas como deficientes cultural ou economicamente. Isso ocorre em lugares como o Brasil, onde meninos e homens negros representam o principal alvo da violência letal do Estado cometida por agentes militares e paramilitares nas periferias das cidades, conforme os dados acima citados sinalizam. A meta de pacificar ou domesticar meninos e homens sujeitos cotidianamente à violência estatal sob ocupação militar, é no mínimo perversa e ineficaz para romper com ciclos de violência e o terror racial-sexual. Como se diz, a estrada para o inferno está pavimentada de boas intenções.

Se levarmos a sério a premissa de que o conflito é constitutivo da sociedade, a conversa necessária tem de se centrar não em discussões sobre paz ou pacificação, mas sobre a "redistribuição da violência" (Mombaça 2021, p.74). Conforme defende Jota Mombaça (2021, p.66), o monopólio estatal sobre o uso legítimo da força se sustenta moral e politicamente na base da promessa de um lugar neutro desde o qual se pode mediar conflitos. Tal "ficção de poder" sobre o Estado e as suas instituições, Mombaça (2021) explica, produz efeitos ideológicos e materiais que acabam por afastar as pessoas envolvidas do próprio processo da resolução dos conflitos que impactam as suas vidas. O que imaginamos como justiça é então (des)articulado por essa gramática moderna colonial que conforma mecanismos para a alienação de conflitos em nome de direitos individuais.

As disputas focadas sobre questões de legitimidade, antes das de legalidade, são peças-chave para a transformação dos determinantes de dinâmicas conflitivas. Dado o monopólio estatal do uso reconhecido como legítimo da força, o que está em jogo afinal de contas é a (de)formação dos nossos imaginários políticos: aquilo que percebemos e projetamos para guiar o nosso pensamento e a nossa ação política.

Pensar sobre conflito sem investigar as assimetrias estruturais do poder como seus determinantes não nos levará muito longe. Somente ao abrir mão de uma noção linear do tempo que demarca períodos pré- e pós-conflito e causas isoladas, podemos compreender o domínio que os sistemas de conflitividade exercem sobre as pessoas e os territórios envolvidos. Nesta condição, torna-se possível identificar um hiato para intervir.

Para além das categorias estadocêntricas de guerra e paz, o genocídio e o epistemicídio antinegro e anti-indígena exige uma reelaboração dos métodos de análise que pressupõem a neutralidade do Estado e não dão conta das múltiplas formas pelas quais a violência se reproduz como uma política governamental. Esta compreensão da violência estatal sob a autoria de movimentos negros e indígenas em resistência secular (Krenak 2019; Flauzina & Vargas 2017; Mbembe 2021) desafia a classificação de conflito inter ou intraestatal, por meio de perspectivas transnacionais e diaspóricas que atribuem outros sentidos ao que constitui guerra e paz.

Debates despolitizados sobre democracias corruptas, Estados falidos ou desenvolvimento e modernização incompleta não capturam expressões da presença / ausência do Estado nas pós-colônias marcadas pelo uso desproporcional da força contra a zona do não ser. Os pactos narcísicos

da branquitude que tomam como a sua exclusão constitutiva a antinegitude como padrão histórico de não-humanidade, normalizam um estado de guerra permanente que se configura em excesso das categorias disponíveis de análise. A zona do não ser é sitiada nesse processo como condição de possibilidade para sensações de paz e segurança para a zona do ser. Métodos de pensamento e ação política que se valem das chaves analíticas da excepcionalidade, falha ou seletividade da brutalidade posta acabam por reproduzir o véu sobre a violência institucional e intersubjetiva que sustenta os sistemas de conflitividade em vigor.



III. RECRIANDO CAMINHOS

Como agenda prioritária, é preciso construir infraestruturas políticas, sociais, econômicas e culturais que permitam o exercício autônomo de cidadania, para que cada pessoa possa assumir a "responsabilidade" que lhe cabe. Mais do que um apelo à cidadania ativa, estamos falando de uma repactuação fundamental das nossas comunidades políticas para além dos moldes do Estado-nação europeu. As incomensurabilidades entre a zona do ser e a zona do não ser atestam ao desserviço que os ideais de paz e democracia têm realizado sob o manto da igualdade individual e da segurança garantidas pelo Estado. As reivindicações por direitos humanos, por mais estratégicas que possam aparecer em contexto, tendem a não colocar firmemente essas conversas sobre a mesa.

Considerando os próximos passos, ainda nos resta uma pergunta-chave: como (des)engajar as narrativas que propagam, legitimam e aclamam a instrumentalização da violência para sustentar o projeto herdado de sociedade, fundado na hierarquização do poder, do saber e do ser e reatualizado por, e reatualizando, toda espécie de autoritarismo hoje?

Os processos de reconstrução da memória podem apontar o curso inicial de ação rumo à formação e circulação de narrativas alternativas que comunicam e orientam o discernimento político e intelectual que nos é exigido. Em um país como o Brasil, estabelecido como colônia e empresa de comércio exterior para servir a uma metrópole além do seu território, foi dada e constitucionalmente preservada a centralidade ao direito à propriedade e aos sujeitos individuais idealizados como proprietários — até de si mesmos e de outras pessoas, um reflexo das posições de eurodescendentes na composição quase-exclusiva dos quadros governamentais de supremacia branca e masculina.

Para deslocar esta hegemonia consolidada em termos raciais, capitalistas e patriarcais, o direito à vida pode informar uma nova articulação dos princípios e acordos fundamentais que dão forma e conteúdo ao que chamamos de democracia. Conforme avançado pelos movimentos negros e indígenas em vários cantos da América Latina, pensar a vida politicamente abre caminhos para o reconhecimento de sujeitas/os, comunidades e propostas transformadoras na contramão das práticas de legitimação da violência que normalizam uma crise permanente.

Uma política eficaz de reparação requer diálogo com as necessidades e demandas vigentes para garantir relevância e sustentabilidade. Métodos de autodefinição, autoavaliação e autodeterminação elaborados pelo pensamento e pela ação política de feministas negras, como Patrícia Hill Collins (2021) e interlocutoras, podem servir como chaves para destravar rotas para seguir. Em oposição ao impulso pacificador que afirma uma ordem mantida na base da violência, a busca pela efetiva descolonização e democratização de um mundo chamado de pós-colonial evoca uma disposição política que entende a prática contracolonizadora como um meio para um fim, e não como um fim em si mesmo. Assim, cabe a nós cultivar imaginários e linguagens políticas aptas para renovar o nosso repertório de pensamento e ação coletiva.

Ao invés de abordar o problema do conflito em termos de mediação ou resolução na base da falsa promessa de neutralidade, pensar sistemas de conflitividade e as relações cotidianas neles inseridas recentra a discussão sobre democracia. Falta responder: de que democracia estamos falando?

No mínimo, centrar a democracia em nossas investigações sobre os determinantes do continuum da violência exige lidar com a violência de Estado fora da chave da excepcionalidade. Para soltar a ótica estadocêntrica que filtra o nosso acesso ao político, é preciso desfazer para refazer os sistemas de referência que nos orientam. A memória política registrada por movimentos negros e indígenas em resistência secular à violência legitimada pelo Estado e seus precursores pode servir como bússola nos mares tempestuosos que nos aguardam.

Para iniciar o percurso, deve haver uma dedicação integral à democratização do debate. Carece de sentido defender a democracia sem criar as condições para o seu exercício efetivo, para não falar do caráter antiético. Para isso, é preciso produzir as condições político-epistêmicas para a criação de novas linguagens que interpelem diálogos protagonizados por quem se encontra como alvas e alvos primárias/os da violência estatal em suas múltiplas dimensões institucionais e intersubjetivas. Por meio de movimentos organizados, foi colocado em xeque o vernáculo técnico-racional que despolitiza conflitos raciais, de classe, gênero, entre outros marcadores de poder, propondo em seu lugar conceitos e metodologias de acesso à violência vivida em termos próprios.

A aposta nas linguagens artísticas é uma aposta sobre caminhos democratizantes aptos a mobilizar, formar e informar massas críticas. Centrar a disputa por legitimidade, antes daquela por legalidade, abre espaço para incidir sobre os pactos basilares que reproduzem os sistemas de conflitividade que asseguram hoje as hierarquias do poder, saber e ser fundadas pela violência colonial.

Com a esperança de continuar esta conversa, aqui oferecemos arquivos e cartografias preliminares (Gill et al. 2023), produzidos coletivamente por redes de pesquisa, movimentos sociais e artísticos unidos pelo compromisso de combater o desrespeito à vida em todas as suas manifestações. Segue o acesso ao sistema de referência em construção, para somar aos esforços de ampliar os horizontes de nossas imaginações políticas e intelectuais e nos reorientar no campo de ação:



BPC Paper, v.10 n.1 - Abril/2023 Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center

GILL, Andréa et al (org)

Mapeando Diálogos Sobre Violência e Abordagens Transformadoras A Partir do Sul Global: O Papel Político da Arte, Cultura e Comunicação [catálogo].

ISSN: 2357-7681

[acesse em bit.ly/mapeando-dialogos](https://bit.ly/mapeando-dialogos)

REFERÊNCIAS

- Bento, C. *O pacto da branquitude*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.
- Carneiro, S. *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- Fanon, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- Flacso. Mapa da violência - Flasco Brasil. 2016. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?p=16029>>.
- Flauzina, A. L. P.. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. 2 Ed. Brasília: Brado Negro, 2017.
- Flauzina, A. L. P.; Vargas, J. H. C. (eds.). *Motim: horizontes do genocídio antinegro na Diáspora*. Brasília: Brado Negro, 2017.
- Gill, A. et al. (eds.). Mapeando diálogos sobre violência e abordagens transformadoras a partir do Sul Global: o papel político da arte, cultura e comunicação [Catálogo digital]. BRICS Policy Center, *BPC Paper*, v.10 n.1 2023. Disponível em <<https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2023/04/CATALOGO-VF.pdf>>.
- Gill, A.. Systems of conflictivity. In: *Virtual Encyclopaedia: Rewriting Peace and Conflict*, 2023. Disponível em <<https://rewritingpeaceandconflict.net/2023/12/01/systems-of-conflictivity/>>.
- Gonzalez, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. União dos Coletivos Pan-Africanistas (ed.) São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
- Hill Collins, P.; Bilge, S. . *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- IBGE. *Panorama Censo 2022*, 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html>>.
- Krenak, A. Entrevista. In: *Guerras do Brasil: As Guerras da Conquista*. Direção de Luiz Bolognesi. Burity Filmes, 2019.
- Lumerman, P.; Robledo, J. Análisis de la Conflictividad Socioambiental en Argentina - El Conflicto Minero: Emergente de la nueva conflictividad socioambiental en Argentina. In: Di Paola, María Eugenia; Sangalli, Federico; Caorsi, Silvina (eds.). *Informe ambiental anual 2009*. Buenos Aires: Fund. Ambiente y Recursos Naturales, pp. 79-105, 2009.
- Mbembe, A. *Necropolítica*. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2021.
- Mombaça, J.. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- Nascimento, A.. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.
- ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>.



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

